

Haddad nega congelamento e calote

Belo Horizonte — O ex-ministro da Fazenda, Paulo Haddad, negou ontem, nesta capital, informações divulgadas pela imprensa de que ele preparava a aplicação de medidas heterodoxas — prefixação de preços e salários, calote da dívida pública, congelamento e “choque de privatizações”, feitas com utilização de ativos e dinheiro de renda fixa — dentro do programa de estabilização da economia, que entregaria este mês ao presidente Itamar Franco. Haddad referiu-se à matéria de capa publicada no fim de semana pela revista *Veja*, que chamou de “inverídica” e “equivocada”.

Segundo Haddad, a matéria baseou-se num documento não-oficial do Ministério da Fazenda, preparado por um técnico em dezembro. “Infelizmente, houve a divulgação de um documento produzido em dezembro, antes da minha posse, que não foi aprovado pelo ministro Krause ou por mim e que sequer seria mostrado ao presidente Itamar. A reportagem foi feita sobre alicerces de barro”, disse. O ex-ministro explicou que “jamais” adotaria medidas heterodoxas em

seu plano de estabilização, que previa inflação de 10% em dezembro de 1993 e de 2% já no final de 1994.

“Os compromissos que eu tinha com relação ao programa de estabilização foram amplamente divulgados e discutidos, com a participação do Congresso Nacional, e o princípio básico era não quebrar relações contratuais da economia”, revelou. De acordo com Haddad, o documento oficial do programa de estabilização, que estava sendo elaborado desde dezembro por técnicos do ministério, começaria a receber redação final a partir do dia 1º de março e seria entregue ao presidente Itamar Franco no dia 13. “Estavam faltando a parte sobre aceleração de processo de privatização, a parte sobre política social compensatória e a parte sobre política de rendas”, disse.

O documento, afirmou o ex-ministro, fazia propostas para fortalecer a austeridade monetária, através do controle sobre a quantidade de moedas em circulação, e para “agilizar o processo de privatizações, desde que o Presidente aprovasse”. “A nossa idéia era que, se

acelerássemos o processo, com uma legislação que desse maior agilidade a ele, e conseguíssemos de US\$ 10 bilhões a US\$ 15 bilhões para o Tesouro Nacional, poderíamos resgatar a dívida pública de curto prazo através desses recursos”, explicou. Segundo o documento divulgado por *Veja*, 90% das estatais seriam privatizadas em apenas 45 dias.

Haddad disse que também seria feito um controle rígido das finanças públicas assim que houvesse informações sobre o ajuste fiscal. A idéia era projetar receitas e segurar despesas a ponto de gerar um superávit equivalente a US\$ 4 bilhões. “Com esses recursos, compraríamos a metade da dívida pública do Governo Federal que estava nas mãos do Tesouro e venceria durante 1993”, sustentou. O ex-ministro negou que tenha havido qualquer intenção de promover prefixação de preços e salários ou congelamentos no setor privado.

“A única prefixação que eu poderia admitir era quando a inflação começasse a cair. O governo daria sua contribuição para o combate à inflação através de prefixação de tarifas públicas” completou.